

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

TERMO DE REFERÊNCIA

(Conforme Lei Federal nº 14.133/21)

Demandante: Câmara Municipal de Porto Nacional- TO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CHAVEIRO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL.

1. JUSTIFICATIVA

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade ao que determina o art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133 de 1º de Abril de 2021. Bem como, ao disposto nas legislações pertinentes.

1.2. Justifica-se a necessidade de abertura de processo para contratação de empresa especializada em serviços de chaveiro com objetivo de atendimento permanente das demandas desta casa de lei, tendo em vista a entrada de novos funcionários nos quadros de servidores, para evitar problemas futuros como quebras, perdas, e garantir trocas necessárias devido aos desgastes naturais dos materiais, entre outros motivos, em atendimento ao interesse desta administração;

1.3. A Câmara Municipal de Porto Nacional justifica-se a contratação para realizar organização do funcionamento interno da Câmara, garantindo maior segurança, tendo em vista os novos quadros de pessoal.

1.4. A aludida dispensa de licitação se faz necessário devido, no momento, ser mais proveitoso para este legislativo o uso de tal modalidade, tendo em vista que os trâmites processuais oriundos de um pregão presencial seriam mais demorados e teriam maior custo para esta casa de leis, nestes termos, busca-se empreender a presente dispensa, com fundamento no art.75, inciso II, da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	QUANT	UNID	DISCRIMINAÇÃO
1	40	UNID	CÓPIAS DE CHAVES
2	10	UNID	FECHADURAS DE PORTAS (INSTALADAS)
3	15	UNID	CILINDRO DE PORTA (INSTALADAS)
4	10	UNID	MANUTENÇÃO DE PORTA
5	05	UNID	ABERTURA DE PORTA



3. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

3.1. A realização de licitação, como critério de contratação, adota-se o **MENOR PREÇO** para contratação do objeto deste Termo de Referência será processada na modalidade dispensa de licitação, por se enquadrar no valor permitido por lei, restando ainda enquadrado no art.75, inciso II, da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 onde dispõe que é permitida a dispensa de licitação para despesas com valores inferiores a **R\$ 62.725,59** (*Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais cinquenta e nove centavos*), que é o pretendido no presente processo administrativo.

3.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade ao que determina a legislação vigente.

3.3. Os procedimentos, bem como os casos omissos, serão regidos pelas legislações aplicáveis, em especial pela Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

4. DO FORNECIMENTO.

4.1. O proponente vencedor deverá entregar os materiais, de forma imediata, conforme necessidade de Câmara Municipal.

4.2. Os materiais, objeto desta dispensa de licitação deverá ser fornecidos nas dependências do prédio da Câmara Municipal de Porto Nacional e devem atender as condições estabelecidas neste termo de referência, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE, devendo o fornecedor vencedor ter disponibilidade dos produtos no prazo máximo de 5 dias úteis.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A contratada, além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, obriga-se a:

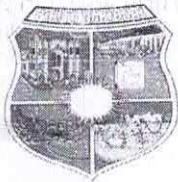
a) Fornece todo o objeto solicitado em conformidade com os prazos determinados, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.

b) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação

c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

d) Responsabilizar-se para que todo o objeto seja entregue corretamente, considerando o local de entrega, a quantidade, o prazo de entrega, a qualidade dos itens fornecidos, bem como a marca estabelecida pelo fornecedor na proposta de preços apresentada no





ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

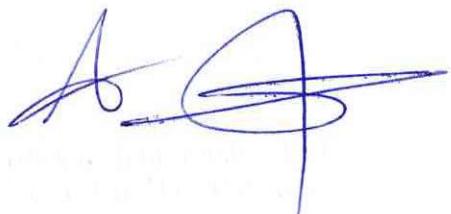
momento do certame, não se esquecendo de verificar a data de validade e, considerando válidas as demais determinações contidas neste Termo de Referência.

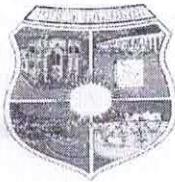
- e) Garantir que todo o fornecimento em conformidade com as especificações do objeto.
 - f) Emitir notas fiscais correspondentes a cada empenho de despesa e após cada fornecimento, acompanhada de todas as CNDs.
 - g) Responsabilizar-se integralmente pela garantia da qualidade produto fornecido, sob pena das sanções cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.
 - h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo Referência.
 - i) Assumir a responsabilidade pelos custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, taxas, fretes, emolumentos, encargos fiscais e comerciais resultantes dessa contratação e mais outras despesas diretas e indiretas de qualquer natureza, que incidam sobre os custos do objeto.
 - j) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.
 - k) Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for contatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente
- I) Obedecer ao prazo de entrega. Poderá ser cobrada multa diária conforme dispositivos legais, no caso de atraso no fornecimento.
- m) Não veicular, sob qualquer hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste instrumento legal;
 - n) Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho - SSMT do TEM, cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do Trabalho, bem como observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, recomendadas por Lei.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A contratante, além de outras responsabilidades, deverá:

- a) Requisitar o fornecimento do objeto na forma prevista neste Termo de Referência.
- b) Expedir a Nota de Empenho:





ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

- c) Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação.
 - d) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
 - e) Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
- F) Promover o acompanhamento e fiscalização do contrato, por meio de servidor público designado para esse fim de acordo com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do mesmo.
- g) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor.
 - h) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
 - i) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações deste Termo.
 - j) Assegurar que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais postos de abastecimento de forma a garantir que aqueles continuem os mais vantajosos para a administração pública;

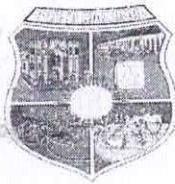
7. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

7.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato serão efetuados por servidor efetivo da Câmara Municipal, conforme portaria indicando fiscal do contrato para a referida contratação, que registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021.

7.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

7.3. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes à prestação dos serviços, objeto da contratação, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Câmara Municipal de Porto Nacional.





ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

7.4. A Fiscalização exercida por interesse da Câmara Municipal de Porto Nacional não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, durante a vigência do contrato, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus servidores, conforme o disposto no art. 120, da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021,

7.4.1. A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a entrega do objeto e vigência do contrato, não poderá ser invocada para eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações assumidas para a execução do objeto.

7.5. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da execução do objeto.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme cronograma financeiro e planejamento da Câmara Municipal em moeda corrente, através de transferência bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após ser atestado pelo setor competente da Nota Fiscal/ Fatura apresentada, desde que não haja fator impeditivo imputável à licitante vencedora.

8.2. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de assinatura do contrato. Conforme exigências da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021;

8.3. A nota fiscal/ fatura deverá indicar o número da conta corrente, agência bancária para emissão da respectiva ordem bancária.

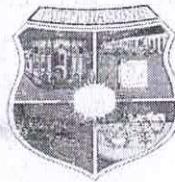
8.4. Incidirão sobre a fatura os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo que a Licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

8.5. A Diretoria financeira da Câmara Municipal de Porto Nacional, somente autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante do objeto contratado, o necessário ATESTO da prestação dos serviços pela empresa contratada, no verso da Nota Fiscal. Bem como, a apresentação do relatório do fiscal do contrato, apresentando a devida prestação dos serviços conforme o termo de referência.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O atraso injustificado no início da execução deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, a ser calculado sobre o valor anual do Contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive as previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do bem em atraso, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Legislativo.

9.2 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ato convocatório e neste instrumento, a Câmara Municipal poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério do Legislativo Municipal;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor da nota de empenho;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

9.3 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor financeiro do CONTRATANTE, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

9.4 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.

10. ESTIMATIVA DE CUSTO

10.1 A estimativa de custo será realizada pela Coordenação de Compras e Orçamentos, a qual juntará no mínimo três orçamentos.

11. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2025, e/ou até a completa liquidação do objeto deste termo.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

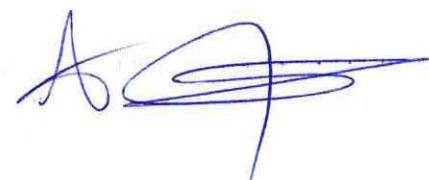
12.1 A despesa conta da seguinte Dotação Orçamentária:

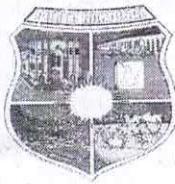
PROGRAMA: 01.031.1122.2.000 ELEMENTO: 3.3.90.39

FONTE: 1.500

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1 Este Termo de Referência deverá ser lido e interpretado na integra, antes da apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de suas temos.





ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

13.2 É facultado a Autoridade Superior, em qualquer fase do andamento do processo de dispensa de licitação, a promoção da diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.3 Fica assegurado ao executivo mediante justificativa motivada o direito de a qualquer tempo e no interesse da Câmara Municipal, anular a futura contratação.

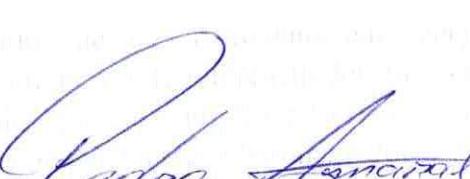
13.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo administrativo.

13.5 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente termo de referência deverão ser encaminhado, por escrito ou pessoalmente a Coordenação de Compras e Contratos da Câmara Municipal de Porto Nacional - TO, pelo seguinte endereço eletrônico: comprascamaraporto@gmail.com.

14. DO FORO

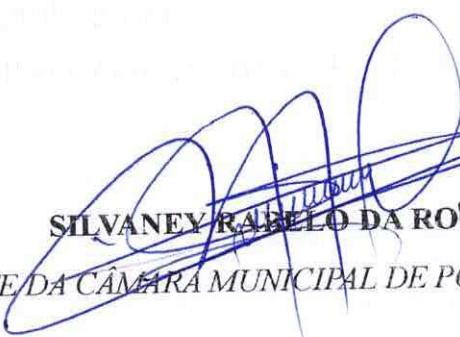
14.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Referência, fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Câmara Municipal de Porto Nacional - TO, 08 dias do mês de janeiro de 2025


PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA AMARAL

Pedro Augusto O. Amaral
Diretor de licitações

DIRETOR DE LICITAÇÕES


SILVANEY RABELO DA ROSA

Silvaney Rabelo Rocha
Presidente

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO